

**HABEAS CORPUS Nº 502.519 - SP (2019/0095254-0)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA  
**ADVOGADO** : LUIS FRANCIVANDO ROSA DA SILVA - PI007301  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VICENTE PEREIRA DA SILVA (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. TENTATIVA DE FEMINICÍDIO. FUNDAMENTOS DA PRISÃO CAUTELAR. INEVIDÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE MANIFESTA ILEGALIDADE.

*Writ* indeferido liminarmente.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Vicente Pereira da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2059163-13.2019.8.26.0000).

Narram os autos que o paciente foi denunciado e, posteriormente, teve a prisão preventiva decretada em razão da suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV e VI, e § 7º, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Impetrado *writ*, na origem, o Desembargador Vico Mañas indeferiu a liminar.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante alega, de início, a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Aduz, em síntese, que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva.

Destaca que o paciente é primário, possui bons antecedentes, trabalho lícito e residência fixa.

Por último, menciona que o laudo pericial atestou que se trata de lesão corporal leve e, ainda, que a vítima possui bom relacionamento com o paciente.

Requer, assim, inclusive, em liminar, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do

preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Ora, o Relator do prévio *writ*, ao avaliar o pedido então apresentado na origem, simplesmente constatou a ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar requerida.

Além disso, entendeu que, *na medida em que o juízo de cognição na presente fase revela-se extremamente restrito, a antecipação do mérito do habeas corpus exige que a ilegalidade do ato impugnado seja flagrante, de molde a justificar a imediata suspensão de seus efeitos, o que não sucede na hipótese dos autos. De fato, superior a quatro anos a pena máxima em abstrato cominada ao delito atribuído, em princípio cabível a custódia cautelar, nos termos do art. 313, I, do Código de Processo Penal. Ademais, há notícia de ameaças a testemunhas (fl. 34). Assim, adequadamente fundamentada a decisão atacada, de maneira que, ao menos em princípio, não se vislumbra a nulidade prevista no art. 93, IX, da Constituição Federal (fl. 38).*

Nisso não há nenhum constrangimento ilegal.

Diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Pelo exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator